



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**  
**Gabinete Vereador Samuel Alencar (UB)**

**PROJETO DE LEI Nº 003/2025**

<b>AUTOR (ES) / SIGNATÁRIO (S)</b>	<b>EMENTA</b>
<b>VEREADOR SAMUEL ALENCAR (UB)</b>	Estabelece diretrizes para a afixação de placas informativas nas unidades públicas e privadas de saúde do Município de Teresina, com orientações sobre a Entrega Legal, prevista na Lei Federal nº 13.509, de 22 de novembro de 2017, e dá outras providências.

**A Câmara Municipal de Teresina – PI, no uso de suas atribuições legais, e o Prefeito aquiescendo, sancionará a seguinte lei:**

**Art. 1º** Ficam estabelecidas diretrizes, no âmbito da rede pública e privada de saúde de Teresina, para a afixação de placas informativas e comunicados sobre a Entrega Legal, prevista na Lei Federal nº 13.509/2017, com o objetivo de garantir informação acessível, acolhimento e orientação adequada às gestantes que desejarem entregar o(a) filho(a) para adoção.

**§1º** As placas ou comunicados deverão conter informações claras sobre o procedimento de Entrega Legal, ressaltando que se trata de ato permitido por lei, sigiloso e acompanhado pela Justiça da Infância e da Juventude.

**§2º** A afixação será realizada, preferencialmente, em locais de ampla circulação e fácil visualização nas unidades de saúde, especialmente em salas de espera destinadas às gestantes e consultórios obstétricos.





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 310033003700370032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP  
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**Art. 2º** As placas ou comunicados deverão conter, no mínimo, os seguintes dizeres:

“A entrega de filho(a) para adoção, inclusive durante a gestação, é um procedimento legal, sigiloso e acolhido pela Justiça da Infância e da Juventude, conforme a Lei nº 13.509/2017.

Caso deseje orientação, procure a Vara da Infância e da Juventude para acompanhamento psicológico e social.”

**Parágrafo único.** As placas deverão mencionar o endereço e telefone atualizados da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Teresina.

**Art. 3º** A implementação das medidas será realizada, preferencialmente, com recursos humanos, técnicos e operacionais já disponíveis na Administração Pública, de modo a evitar novos custos para os cofres municipais.

**Art. 4º** A implementação das medidas previstas nesta Lei observará a autonomia organizacional da Secretaria Municipal de Saúde e das entidades privadas de saúde, sem criação de novas despesas obrigatórias ao Poder Executivo.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Teresina-PI, 26 de novembro de 2025.



**SAMUEL ALENCAR - (UNIÃO BRASIL)**

Vereador





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 310033003700370032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP  
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

### JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem como finalidade promover informação acessível, acolhimento adequado e garantia de direitos às gestantes que, por motivos pessoais ou sociais, optem pela Entrega Legal, procedimento regulamentado pela Lei Federal nº 13.509/2017, que permite a entrega voluntária de um recém-nascido para adoção, de forma sigilosa, segura e assistida.

Assim como já ocorre em outras cidades do país, a disponibilização de placas informativas nas unidades de saúde constitui medida de grande alcance social, pois esclarece que o procedimento é legal, não constitui crime e assegura à gestante acompanhamento psicológico e social especializado.

A proposta não cria cargos, funções, programas ou estruturas administrativas. Limita-se a estabelecer **diretrizes**, em total respeito à Lei Orgânica do Município e à competência da Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser implementada com recursos materiais e humanos já existentes, sem impacto relevante para o orçamento público.

Trata-se de medida de caráter educativo, humanitário e preventivo, que visa proteger gestantes em situação de vulnerabilidade, garantir direitos das crianças e adolescentes e evitar práticas clandestinas de abandono ou adoção irregular.

Diante da relevância social da matéria, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste Projeto de Lei.

Teresina-PI, 26 de novembro de 2025



**SAMUEL ALENCAR - (UNIÃO BRASIL)**  
Vereador





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 310033003700370032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP  
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.